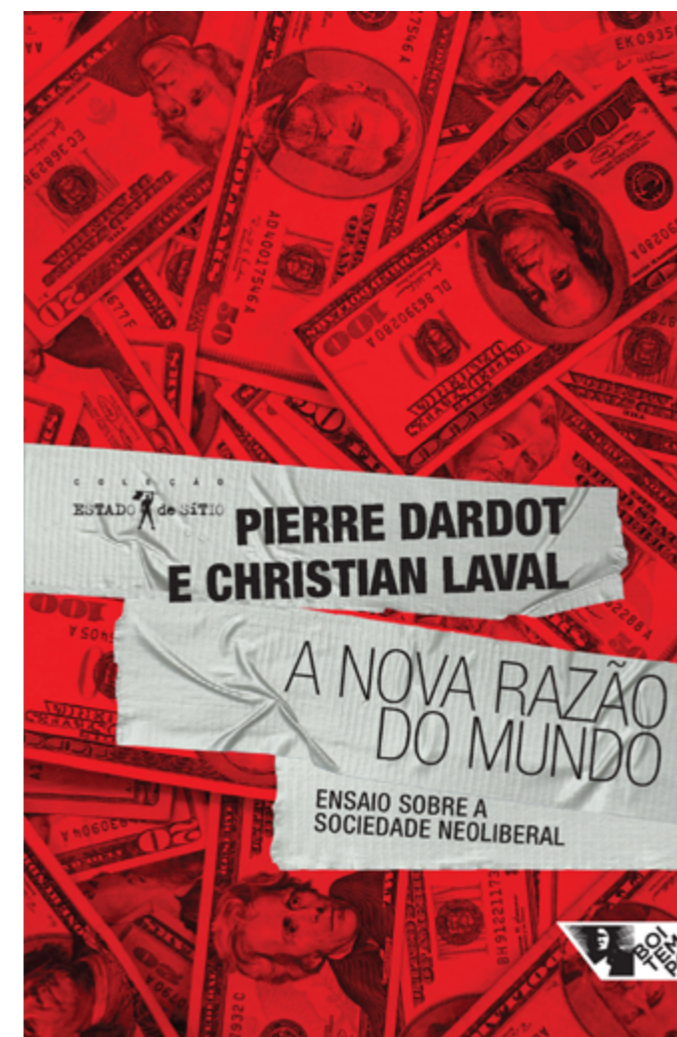


Sem rota de fuga: trabalho e vida sob a nova razão do mundo

Por Antenor Ferreira Mendes Neto



O receituário neoliberal já é parte do senso comum: Estado mínimo, privatizações, contenção de gastos sociais, expropriação de recursos públicos etc. No centro da concepção que sustenta tais medidas estaria uma suposta realidade natural que norteia o mercado, este que, por sua vez, dispensa intervenções e alcança espontaneamente o equilíbrio, a estabilidade e o crescimento. É assim, entendido sob o signo do *Laissez-faire*, que o neoliberalismo é, muitas vezes, reduzido à aplicação de métodos político-econômicos particulares, o que levou muitos a anunciarem o seu declínio durante a crise financeira de 2008. A limitação dessa leitura está no não reconhecimento da normatividade prática que caracteriza a proposta neoliberal. Mais do que o desmantelamento de estatutos e instituições, ou seja, para além dos aspectos nocivos das políticas implementadas, este modelo define-se como uma racionalidade que impõe uma lógica de sistematização, não só do funcionamento do governo, mas da própria conduta dos homens. Essa é a principal tese defendida pelos pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, no livro *A Nova Razão do Mundo*.

Já na introdução, os autores revelam a que vieram: “ainda não terminamos com o neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2014, p. 13). O caráter investigativo e, por que não, desmistificador da obra, fica evidente no cuidado dos pesquisadores em examinar a natureza do capitalismo contemporâneo. Para tal, realizam a genealogia da política neoliberal explorando seus desdobramentos no decurso do século XX. Do seu nascimento, na década de 1930, à “grande virada” nos 1980, em que nomes Ronald Reagan e Margaret Thatcher rompem com a social democracia e defendem o neoliberalismo como resposta à crise “fordista” dos anos 1970. Nessa reconstituição histórica, os autores resgatam o Colóquio Walter Lippman, em 1938, quando pensadores como Hayek, Rueff e Röpke promoveram

Antenor Ferreira Mendes Neto é Mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário. Jornalista formado pela mesma instituição. Pesquisador do Grupo “Jornalismo, Mercado de Trabalho e Novas Linguagens” (CNPq).

o início da refundação teórica da doutrina liberal. É base deste processo de reformulação a compreensão de que a crise do liberalismo se deu pela dificuldade em incorporar o fenômeno da empresa, “sua organização, suas formas jurídicas, a concentração de seus recursos, as novas formas de competição” (Dardot; Laval, 2016, p. 40). A noção de empresa é cara aos franceses, ao passo que ela compõe uma das dimensões do que eles entendem por “razão neoliberal”, sendo a outra a ideia de concorrência.

De um lado, o modelo empresarial do qual provém todo o arcabouço gerencial da racionalidade em questão; de outro, a lógica da concorrência, que faz eco a certo *Darwinismo Social* defendido por filósofos como Spencer, no século XIX. Essas dimensões dão forma a uma razão que atravessa o Estado, as instituições e as subjetividades dos sujeitos. Por isso mesmo, defendem os autores, o neoliberalismo não se resume a uma ideologia, doutrina ou política econômica, mas a uma racionalidade difundida através de “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio geral da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17). É também através do Estado que esta lógica normativa é disseminada, “isso porque ele próprio está inserido num campo de concorrência regional e mundial que o leva a agir dessa forma” (Dardot; Laval, 2016, p. 19). Por meio da implantação de recursos estratégicos e disciplinares como avaliações de resultados, benefícios e sanções, análises de desempenho, constrói-se uma dinâmica competitiva feroz, que, como dito, é também incorporada pelos sujeitos num âmbito privado, modificando sua conduta e suas relações. O neoliberalismo, assim, difunde-se pela coerção, tendo no controle de corpos e mentes o lastro de seu poder.

Essa razão, segundo Dardot e Laval, apoia-se na ideia de *governamentalidade* apresentada por Foucault, que significa diferentes formas pelas quais homens buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los (Dardot; Laval, 2016, p. 18). Para o próprio Foucault, dizem os autores, esta noção também agrega a percepção de um *governo de si mesmo*. Dessa forma, governar é agir no espaço de liberdade dado aos indivíduos “para que estes

venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (Dardot; Laval, 2016, p. 19).

É com os austríacos Hayek e Mises que esta ideia do homem que se governa, do homem-empresa, desenvolve-se. Este sujeito neoliberal ou *neosujeito*, como definem Dardot e Laval, é dotado de um espírito empreendedor, estando sempre conectado, informado, buscando, a todo o momento, meios de superar a si e aos outros na corrida pelo lucro. A concorrência, a rivalidade, a competição não são mais efeitos de uma lógica de mercado, mas as condições que promovem a sua ascensão pessoal e profissional, a regra do jogo da vida, não por acaso, comumente relacionada à abstrações como a ideia de felicidade. Ao se perceber como capital humano, o neosujeito transfere a análise de desempenho para todas as suas ações, mesmo as mais subjetivas, que passam a ser avaliadas por medições quantitativas, entendidas como investimento. Trata-se de um atleta projetando constantemente sua carreira em busca de sucesso.

Como consequência, vemos, por exemplo, o crescimento do individualismo e uma tendência à destruição da dimensão coletiva das relações, dos laços afetivos, da solidariedade, fazendo com que “todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual” (Dardot; Laval, 2016, p. 348). O campo moral é de suma importância nessa conjuntura de controle, pois estar de acordo com o espírito empreendedor é ser supostamente portador de virtudes como honestidade, coragem, força de vontade, civilidade. Do contrário, é vincular-se a pobreza e a inaptidão típica da mentalidade dos programas assistencialistas.

Como percebemos, essa racionalidade é global e totalizante, no sentido de que parte de “uma sociedade que conhece um processo de transformação global devido à extensão da racionalidade capitalista a todas as atividades, instituições, relações sociais” (Dardot; Laval, 2015, S/N). Todavia, os autores ponderam que o controle das subjetividades é eficaz, especialmente, “dentro de um contexto de mercado de trabalho flexível, em que a ameaça do desemprego está no horizonte de todo assalariado” (Dardot; Laval, 2016, p. 229). Surge, aí, uma relação de causa e

efeito: o contexto flexível põe no horizonte a ameaça de desemprego, o que fortalece o controle das subjetividades; e é a partir da efetivação desse controle que, como aponta Antunes (2009, p. 233), difunde-se uma velha modalidade de trabalho, o precário, à sombra de rótulos como “empreendedorismo”.

No jornalismo, são sinais dessa precarização: a proliferação do regime de colaboradores, baixos salários, instabilidade no emprego e o aumento do número de profissionais submetidos a variadas relações contratuais. O prazer, a satisfação na realização de determinadas atividades, também são formas de coerção da razão neoliberal, servindo para justificar a submissão às tais condições. Pegando como base o caso *Google*, Casaqui e Riegel (2009) mostram que o trabalhador pode se converter numa espécie de consumidor do universo representativo da marca, composto por significações de valorização positiva. Ou seja, ideias como criatividade, despojamento, modernidade compõe o espetáculo simbólico do *Google*, “que sublima o caráter competitivo e demais conotações negativas associadas a essa esfera de atuação humana” (Casaqui e Riegel, 2009, p. 163). Faz-se necessário, então, “uma reação contra a glamourização do trabalho (...), cuja formação discursiva silencia a degradação e a precarização” (Grohmann, 2013, p. 5).

Por conta do seu caráter totalizante, a razão neoliberal parece compreender todas as esferas da vida, tornando o vislumbre de outras dinâmicas de trabalho, de formas de resistência, no mínimo, nebuloso. A dificuldade se materializa no que Marisol Sandoval (2016a, p. 64) define como contradições entre os “potenciais anti-capitalistas” e a “realidade capitalista”. A autora trata de cooperativas no setor cultural, que buscam uma alternativa de trabalho mais humana e solidária, através de uma propriedade coletiva e horizontal, pautada por uma economia democrática. Segundo ela, de um lado, essas organizações precisam desafiar os princípios do capitalismo, como divisão de classes e expropriação, e de outro, as estruturas legais e a necessidade de competir neste mercado. Ou seja, elas estão amarradas no sistema capitalista, sob a tutela da razão neoliberal, de modo que contradizê-la significa, em princípio, inviabilizar seus projetos. Sendo assim, “a medida da

capacidade das cooperativas de trabalho confrontar a precariedade econômica depende de sua habilidade em navegar por essas contradições” (Sandoval, 2016a, p. 64)¹.

Essa tarefa, como é de se imaginar, não é simples. Sandoval (2016) destaca como a própria definição de cooperativa pode carregar um sentido empreendedor, quando entendida, por exemplo, na chave de uma *startup*. Isto é, se não há um potencial “igualitário” inerente à ideia de cooperativa, ela pode, assim, reproduzir as mesmas mazelas que buscam resolver, sobretudo, por continuar operando dentro da estrutura precária do mercado. John Restakis (*apud* Sandoval, 2016a) argumenta que as cooperativas não questionam o capitalismo, mas são capazes de melhorá-lo. O perigo dessa acepção, diz Sandoval (2016a), está justamente no não questionando do sistema, pois assim elas podem acabar servindo para criar seus próprios capitalistas, o que resolveria problemas individuais, mas não os estruturais que geram crises e desigualdades.

Ainda segundo a autora, por conta da dificuldade em superar essas incongruências, os grupos devem lançar mão de uma frente política. As *cooperativas radicais*, como ela define, precisam alterar radicalmente o sistema atuando tanto num nível pessoal, mudando a realidade imediata dos trabalhadores, como num nível social. Para isso, devem se aliar às “redes radicais de cooperação, grupos ativistas, sindicatos, partidos de esquerda e outras organizações radicais e progressivas a fim de formular demandas conjuntas, criando uma voz forte que pode ser ouvida” (Sandoval, 2016b, p. 109). Mais do que uma motivação profissional ou financeira, é preciso ter um ideal. Nas palavras de um dos trabalhadores ouvidos por Sandoval (2016b, p. 104): “isso não é sobre o lucro, mas sobre uma renda justa, e pessoas acima do lucro”. Um objetivo um tanto utópico, dado a atual conjuntura que discutimos até aqui. Entretanto, Sandoval (2016a, p. 57) esclarece que ainda que se trate de uma utopia, é uma “utopia concreta”, conectada com o real. Segundo ela, as cooperativas não só visionam, mas antecipam uma alternativa social para uma organização econômica.

¹ Todas as citações de Marisol Sandoval (2016a; 2016b) são de tradução livre do autor.

Os coletivos de jornalismo se assemelham as cooperativas. Podemos entendê-los como organizações, em princípio, horizontais, sem fins lucrativos, que atuam de forma independente. Contudo, o terreno torna-se arenoso quando vamos a fundo nessa relação. Muito do que entendemos sobre o jornalismo e, mais precisamente, sobre seus profissionais, é fruto de um processo histórico de construção de significados e valores sobre a atividade, que foram alcançando legitimidade ao longo dos anos. Sobretudo a partir do século XX, os jornalistas começam a se constituir como grupo social específico, portador de saberes e habilidades particulares. Ou seja, surge um conjunto de valores e representações que dá forma ao “polo simbólico” da atividade, valores esses que ajudam a constituir o campo jornalístico e, mais do que isso, distanciam-no, ainda que relativamente, de outros campos, como o político e o literário (Traquina, 2013).

A proposta de Sandoval (2016a) por um movimento radical, politizado, que flerta com o ativismo, traz, no mínimo, tensões quando transferida para o jornalismo. Incorporar a dimensão política ou aceitá-la como parte constituinte da cultura jornalística contraria um movimento também político de delimitação e legitimação de seu território e saberes. Podemos, ainda, argumentar que todo jornalismo é político, e que o que se constituiu historicamente, nomeadamente o realizado pela chamada grande imprensa, tem um teor político ainda mais explícito, com forte carga ideológica, porém

Seria simplista sugerir que a seleção de assuntos a cobrir e a escolha de fontes a apresentar ao público nas notícias tem motivações políticas. Embora seja verdade que a notícia legítima e defende o sistema político-econômico existente, já não o é a seleção que os jornalistas fazem das notícias que reflete um desejo consciente da sua parte para as relatar de tal modo que o status quo seja mantido. (Soloski, 1993: 96 *apud* Oliveira, 2005, p. 90).

Quer dizer, parece haver uma tensão entre idealização e realidade (Oliveira, 2005), de modo que essas leituras acerca da “natureza do jornalismo” geram impasses conceituais. Nos termos de Bourdieu (1997), são disputas que ocorrem entre gentes do campo.

Como as cooperativas, os coletivos também precisam estar atentos às contradições. Wagemans, Witschge e Deuze (2016) argumentam que a ideologia, a causa da organização, semelhante ao ideal apontado por Sandoval (2016a), pode ser utilizada como estratégia de mercado. Citando como exemplo o site francês, *Mediapart*, os autores dizem que a iniciativa utiliza um discurso de inovação, por supostamente produzir um jornalismo que não é mais feito pelos grandes meios, como “técnica para ganhar visibilidade, o que tem sido útil em atrair leitores e financiamento” (Wagemans Witschge; Deuze, 2016, p. 173)².

Em seu manifesto, os Jornalistas Livres se intitulam uma rede de coletivos que se opõe “aos estratégias da tradicional indústria jornalística (...), que, antidemocrática por natureza, despreza o espírito jornalístico em favor de mal-disfarçados interesses empresariais e ideológicos”. Em contrapartida, o grupo diz produzir um jornalismo outro: “humano, humanizado e humanizador, ancorado principalmente em personagens da vida real (não só em estatísticas)” (Jornalistas Livres, 2015). O nosso objetivo aqui, obviamente, não é caracterizar os valores e as propostas do coletivo como táticas promocionais, apenas mostrar que é comum a existência de uma “causa”, e que esta ideia de propor um trabalho “diferenciado”, “inovador”, em alguma medida, também se associa a uma gramática empreendedora (Oliveira; Grohmann, 2015). Em outras palavras: queremos alertar para a linha tênue entre resistência e coerção, efeito da natureza difusa da racionalidade neoliberal.

Isso não significa que as cooperativas e os coletivos são modelos descartáveis na luta por melhores condições de trabalho, pelo contrário. Dardot e Laval frisam que, ainda que global e totalizante, esta razão não é totalitária, de modo que tais iniciativas são necessárias, pois “resistir não consiste apenas em se defender contra um ataque ou uma agressão, mas em coproduzir novas regras e, assim, produzir-se a si mesmo nessa coprodução” (Dardot; Laval, 2015, S/N). Para Sandoval (2016b), as cooperativas reconhecem sua limitação em apresentar um modelo de organização absolutamente livre de contradições, mas isso não diminui sua importância no combate

² Tradução livre do autor.

à precariedade do trabalho, trazendo a política para a discussão e “preparando o terreno no qual grandes ações políticas possam florescer” (Sandoval, 2016, p. 109). No entanto, os franceses alertam que existe uma armadilha, principalmente na esquerda moderna, em esperar que uma mudança de política crie condições para a construção de outro sujeito, desprendido das amarras do neoliberalismo. Segundo os autores, se a razão neoliberal parte de um sujeito voltado para si, é preciso uma contraconduta, uma ação de recusa em funcionar como uma empresa de si.

Ao tratar de um tema cada vez mais pertinente, com uma abordagem que correlaciona disciplinas diversas – psicanálise, filosofia política, direito -, e complexifica não só questões relativas ao mercado de trabalho, mas a nossa própria maneira de viver, *A Nova Razão do Mundo* avança nos estudos sociológicos a respeito do tema. Pensar o jornalismo à luz dessa perspectiva nos traz mais do que esclarecimentos acerca do momento atual, oferecendo pistas de como podemos contorná-lo. A própria consciência dos meandros dessa racionalidade, de sua operacionalidade e artimanhas, parece abrir brechas para que possibilidades de resistência e emancipação sejam percebidas. Para isso, é preciso mobilizar-se e confrontar o individualismo alienante, uma vez que “novas formas de vida somente pode ser uma invenção coletiva” (Dardot; Laval, 2016, p. 401).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Infoproletários*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CASAQUI, Vander; RIEGEL, Viviane. “Google e o consumo simbólico do trabalho criativo”. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, vl. 6, n. 17, p. 161-180, São Paulo, nov. de 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL. *Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval*. Entrevista concedida a Daniel Pereira Andrade e Nilton Ken Ota. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-

[text&pid=S0103-20702015000100275](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0103-20702015000100275) Acesso em: 14/07/2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROHMANN, Rafael. OLIVEIRA, Michelle Roxo de. “Os discursos sobre o jornalista-empendedor em sites especializados na cobertura do campo profissional”. *Revista Contemporânea - v.13 - n.2 - p. 471 - maio-ago 2015*.

GROHMANN, Rafael. “O trabalho dos jornalistas como sintoma da lógica dos conglomerados.” *Revista Alterjor, ano. 4, vl. 2, ed. 8, jul/dez de 2013*

LIVRES, Jornalistas. *Nós somos @s #JornalistasLivres*. Disponível em: <https://medium.com/jornalistas-livres/n%C3%B3s-somos-s-jornalistaslivres-651d193d664#4vkju5ymw> Acesso em: 20/07/2015.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de. “Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia”. *Dissertação de Mestrado*. Bauru, UNESP, 2005

SANDOVAL, Marisol. “Fighting Precarity with Co-operation? Worker Co-operatives in the Cultural Sector”. *New Formations: a journal of culture/theory/politics*, p. 51-68, 04 – 2016a.

SANDOVAL, Marisol. “What would Rosa do? Co-operatives and radical politics”. *Soundings: a journal of politics and culture*, p. 98 – 111, 2016b.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo Vol. 2: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2013.

WAGEMANS, Andrea; WITSCHGE, Tamara; DEUZE, Mark. “Ideology as resource in entrepreneurial journalism: the French online news startup Mediapart”. *Journalism Practice*, vol. 10, n. 2, 160 – 177, 2016.

**Recebido em 30 de julho de 2016.
Aprovado em 26 de agosto de 2016.**